

## **ALIMENTAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS**

**TAMIRES RODRIGUES SIQUEIRA<sup>1</sup>; RENATA MENASCHE<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>UFPEl – [tamiressiqueira08@gmail.com](mailto:tamiressiqueira08@gmail.com)

<sup>2</sup>UFPEl – [renata.menasche@gmail.com](mailto:renata.menasche@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O Brasil ocupa, no mundo, a posição de terceiro país em número de pessoas encarceradas, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Além desse indicador alarmante, há estatísticas preocupantes sobre irregularidades nas instituições prisionais brasileiras, incluindo denúncias de agressões físicas e psicológicas, bem como de privação de refeições. Em relação à alimentação, foco central deste trabalho, os relatórios produzidos pela Pastoral Carcerária (2021, 2023) demonstram que, embora o direito humano à alimentação adequada (DHAA) seja um direito fundamental, em âmbito nacional essa realidade não é garantida no sistema prisional. O Presídio Regional de Pelotas (PRP), no Rio Grande do Sul, lócus desta pesquisa, não é exceção. O estado aparece no relatório como um local onde a violência prisional é recorrente, sendo marcado por elevados gastos na expansão do sistema prisional, porém sem projetos com foco em promover justiça restaurativa.

Cabe salientar que, ao falar em direito à alimentação, o debate não se restringe à oferta de comida, mas envolve uma série de fatores, como o equilíbrio nutricional, a variedade de alimentos e a consideração de preferências culturais e pessoais de consumo. Observa-se, portanto, que o ato de comer não é restrito ao aspecto biológico; abrangendo também questões culturais e sociais, já que, embora o ser humano seja um animal onívoro, que pode alimentar-se de diferentes fontes de nutrientes, o que comemos e como comemos está associado a nossas escolhas (DAMATTA, 1984). Assim, o que consideramos comestível reflete não apenas o grupo social ao qual pertencemos (MINTZ, 2001), mas também nossa construção de identidade como indivíduos.

Em vista disso, o debate sobre segurança alimentar dentro do sistema prisional, que esse trabalho busca promover, considera com especial atenção a dimensão social e simbólica a que a comida é relacionada. É crucial compreender que deixar de oferecer comida de qualidade e em quantidade adequada é uma forma de promover sofrimento, que, assim como agressões físicas e psicológicas, configura-se como forma de tortura institucionalizada.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia do trabalho foi orientada em duas direções. Em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica para buscar dados produzidos sobre o tema e, posteriormente, uma pesquisa etnográfica na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Apesar de não terem sido constatadas, na pesquisa de campo na APAC, práticas de violação ao DHAA, a pertinência de realizar pesquisa sobre o tema ali se justifica como caminho para viabilizar o estudo pretendido. Isso ocorre na medida em que não é possível iniciar o cumprimento da pena diretamente em uma instituição APAC, de modo que, para cumprir parte de sua pena em uma instituição como a APAC, o indivíduo precisa, invariavelmente, ter passado pelo regime fechado de um

presídio convencional, ambiente que constitui foco de interesse deste estudo. Realizar a pesquisa junto à APAC, portanto, consiste em estratégia de pesquisa que possibilitou contornar a inacessibilidade ao espaço físico-institucional do Presídio Regional de Pelotas, já que não foi possível obter acesso a esse local. Desse modo, por meio das narrativas de quem esteve lá, torna-se possível conhecer as dinâmicas internas do presídio, ainda que sem estar "dentro" dele.

A inserção em campo ocorreu por meio de oficinas voluntárias, que ministrou uma vez por semana no local, elaboradas a partir de contribuições sobre o aproveitamento de alimentos. A aproximação com a instituição teve início com o objetivo de realizar pesquisas e, desde o começo, esse intuito foi destacado para a direção administrativa. Após passar por um curso de capacitação para voluntários, oferecido pela instituição, a pesquisa teve início.

Em uma breve descrição, as APACs representam uma experiência institucional de matriz cristã, cuja proposta de gestão se fundamenta na recuperação e socialização dos presos durante o cumprimento da pena, utilizando uma metodologia própria, baseada em 12 passos. Entre esses passos, destacam-se a participação da comunidade, o princípio de "recuperando ajudando recuperando", a participação voluntária, a assistência jurídica e à saúde, assim como a espiritualidade.

É também importante demarcar que, nos escritos decorrentes da pesquisa, são atribuídos nomes fictícios aos interlocutores, visando proteger suas identidades. Isso se faz necessário na medida em que – em acordo com a reflexão proposta por Fonseca (2007) – a pesquisa busca trazer dados atualizados sobre a alimentação prisional, mas sem que daí decorram repercussões negativas para os protagonistas do texto etnográfico ou para seus familiares, especialmente levando em conta as denúncias coletadas em campo.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A alimentação é frequentemente tratada de maneira secundária, reduzida à perspectiva estritamente nutricional. No entanto, como ressalta Mintz (2001, p. 32), "comer é uma atividade humana central, não só por sua frequência constante e necessária, mas também porque cedo se torna a esfera onde se permite alguma escolha". Assim, a alimentação assume papel fundamental como catalisador da sociabilidade e das dinâmicas culturais, transcendendo sua função meramente biológica. A comida não apenas nutre, mas também reflete nossa identidade e o contexto social em que estamos inseridos.

Ainda, a Constituição brasileira assegura o direito humano à alimentação adequada para toda a população, sem exceção. Portanto, a comida não só está associada a quem somos e a nossas preferências pessoais e culturais de consumo, como também é um direito fundamental. Esses aspectos relativos ao ato de comer tornam-se especialmente significativos nas prisões brasileiras, que operam sob uma lógica de punição e controle e que, comumente, violam o DHAA.

As particularidades observadas nas prisões brasileiras são múltiplas, indicando que a alimentação ofertada não pode ser vista como objeto estático (GODOI, 2015) ou ser analisada apenas a partir da quantidade disponibilizada (SCHAPO, 2021). A partir dos dados etnográficos obtidos, pode-se compreender a alimentação no PRP como complemento de punição. É o que indica o depoimento de um dos interlocutores ouvidos: "Estando preso, o psicológico é ruim; com a alimentação ruim... a gente come para sobreviver e não por ter

vontade”. O relato evidencia como a comida é experienciada por ele e como repercute em seu corpo e saúde mental.

Em relação às denúncias observadas sobre a alimentação, narradas no campo, chamo a atenção para dois aspectos identificados e suas repercussões. O primeiro deles é a rotina alimentar, marcada pela falta de frutas e legumes na dieta. Em seguida, destaca-se a forte associação que os interlocutores fazem da carne na alimentação como alimento tanto afetivo quanto de saciedade. É importante ressaltar que, na marmita ofertada no Presídio Regional, há a presença de carne; no entanto, naquele ambiente, ela não é percebida como uma comida afetiva ou substancial, diferentemente do que ocorre quando não estão no ambiente prisional. “Não dá pra chamar aquilo de carne”, disse um deles, referindo-se à falta de sabor e à textura esponjosa da carne, que difere daquela a que era acostumado fora da prisão. Ainda que a carne seja considerada um alimento importante para eles, a forma como é preparada e oferecida impede tanto o prazer gustativo quanto a sensação de uma refeição substancial.

Nesse quadro, foram observadas em campo duas táticas criativas (CERTEAU, 1980) adotadas para retomar a dimensão social que a comida possui, visando a reapropriação da dimensão afetiva e social do ato de comer: o escambo e a partilha. É importante ressaltar que tanto o escambo quanto a partilha funcionam como práticas que aproximam os mundos “de dentro” e “de fora” da prisão. Além disso, essas táticas revelam que, mesmo em um ambiente em que a falta de recursos é constante, os indivíduos ainda encontram maneiras de reconstruir sua autonomia. Como resultado, o presídio, que se propõe a ser um espaço de controle total, torna-se também um campo de disputa simbólica.

O escambo se caracteriza pela prática de troca, na qual qualquer item pode ser negociado, desde temperos até pequenos favores. Essas trocas revelam-se de extrema importância para compreender os meios empregados para contornar as condições adversas a que os detentos estão submetidos, como a superlotação das celas e o fato de que as excreções fisiológicas são realizadas no mesmo local onde se alimentam.

Em paralelo ao escambo, a partilha também é uma tática bastante utilizada, sustentada pelos alimentos e objetos trazidos pelas famílias. Essa prática cria uma relação de sociabilidade entre os indivíduos da cela. Por exemplo, em celas onde há a presença de um fogão, a comida pode ser temperada com ingredientes trazidos por familiares, burlando limitações impostas pela situação em que se encontram.

A comida se destaca, dessa maneira, como elemento importante para refletir sobre as complexidades que permeiam o sistema carcerário, principalmente por ultrapassar a dimensão biológica. Não se come apenas para nutrir o corpo, mas também a alma. Assim, não basta analisar se a comida ofertada é suficiente ou não; é fundamental considerar também como a alimentação reverbera física e emocionalmente nos interlocutores.

Acima de tudo, as táticas observadas e aqui descritas de maneira sucinta denotam que os tensionamentos políticos envolvidos no ato de comer no contexto do regime prisional não se limitam apenas ao ato de nutrir-se, mas se expandem para um espaço de luta por dignidade. A alimentação, muitas vezes tratada como ato cotidiano e trivial, revela-se em campo de disputa simbólica, em que os apenados exercem sua agência ao transformar alimentos e recriar significados em um ambiente hostil. Nesse sentido, as táticas de escambo e partilha não são apenas meios de sobrevivência, mas também expressão de relações entre o mundo “de fora” e “de dentro” da prisão; desafiando a lógica da escassez imposta

pela administração penitenciária e afirmando a humanidade dos apenados em um contexto que, frequentemente, busca desumaniza-los.

#### **4. CONCLUSÕES**

É urgente conceber que a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada vai além da mera oferta insuficiente de alimentos. Isso é especialmente relevante porque o sistema prisional não é um ambiente estático e não deve ser visto como tal. Como mostram os interlocutores, ao elaborar suas táticas para contornar as condições precárias a que estão sujeitos no Presídio Regional de Pelotas — e que podem fornecer pistas para pensar o sistema prisional de forma mais ampla —, há na prisão um constante fluxo de objetos e pessoas. E, ainda que não seja evidente o que poderia ser interpretado como conflito direto, as pessoas presas, enquanto cumprem suas penas, exercem, através da criatividade cotidiana, uma série de táticas que mitigam os efeitos da insegurança alimentar e da violação do DHAA.

As táticas de partilha e escambo fornecem, nesse sentido, importante perspectiva para refletir sobre as particularidades do sistema prisional e sobre como se movimentam os sujeitos que ali cumprem pena.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, p. 39-53, 2008.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 31-42, 2001.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Alimentação e prisões: a pena de fome no sistema prisional brasileiro**. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2021. Disponível em:  
<https://ittc.org.br/alimentacao-e-prisoas-pena-de-fome-no-sistema-prisional-brasileiro/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Vozes e Dados da Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa**. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2023. Disponível em: <http://www.pastoralcarceraria.org.br/relatorio.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER Social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.